

Conjuntura política e desenvolvimento

GONZAGA MOTA

São evidentes e estreitas as relações entre a conjuntura política e o desenvolvimento econômico. A própria conceituação de desenvolvimento econômico, como uma forma superior de organização social, pressupõe o aperfeiçoamento do processo político, em que se incluem os conceitos de participação e liberdade.

No caso brasileiro, julgamos da maior importância e oportuna essa análise. Assim, interessa-nos formular a seguinte questão: de que forma têm-se caracterizado as relações entre a conjuntura política e o desenvolvimento econômico no Brasil?

Parece claro que os grandes problemas relacionados com o desenvolvimento econômico nacional, além de conotações mais profundas de ordem cultural, estão associados a fatores como desigualdades de estágios de desenvolvimento entre as regiões do País e entre as áreas urbana e rural, bem como distribuição de renda altamente desfavorável, do ponto de vista pessoal, funcional (renda do capital versus renda de salários) ou setorial (setores de produção material versus setores sociais).

Esses desequilíbrios distributivos são de natureza estrutural, e conjugam-se com os seguintes problemas conjunturais: elevado grau de endividamento externo, altas taxas de inflação e preocupantes níveis de desemprego.

Por outro lado, atualmente, a sociedade brasileira enfrenta impasses em sua conjuntura política, tais co-

mo: dificuldades inerentes ao regime de governo e o texto constitucional vigente; alto grau de incerteza nos destinos do País, o que eleva substancialmente os riscos dos investimentos empresariais; pouca participação dos estados e municípios nas decisões políticas e econômicas; e necessidade de afirmação do apoio popular junto aos centros de decisão nacionais.

É inegável que um quadro político como este torna de difícil superação os impasses econômicos anteriormente mencionados.

A questão da dívida externa há muito deixou de ser um problema técnico. Ao contrário, sua complexidade e a própria instância na qual a mesma pode ser equacionada emprestat-lhe um insofismável aspecto político.

Ocorrendo maior identidade entre a Nação e o Estado, ou entre os diversos segmentos da sociedade e o Governo, haveria bases mais sólidas para a renegociação da dívida externa em outras condições e com menores sacrifícios sociais. Teríamos ainda maior poder de barganha internacional para reduzir as enormes perdas que sofremos por ocasião da elevação da taxa de juros externa, causada, em grande parte, pelo alto déficit público norte-americano.

A inflação brasileira, para a formação da qual as causas externas são inegáveis, tem um alto componente psicológico, o qual, certamente, é afetado pela incerteza nos horizontes nacionais. Se houvesse mais participação e, como corolário, mais confi-

ança, não temos dúvidas, as condições de combate à inflação seriam bem menos onerosas, mesmo porque o povo brasileiro, motivado e confiante, seguramente estaria disposto à renúncia e ao sacrifício espontâneo para a solução do problema.

Por sua vez, a inflação tem imposto um pesado ônus à sociedade brasileira e atingindo indistintamente a todos os segmentos sociais. Notamos efeitos distributivamente perversos das políticas salarial, fiscal e tributária. De um lado, presenciamos uma forte redução do poder aquisitivo das classes assalariadas e, de outro, o sacrifício das empresas nacionais, não só pela retração do mercado, mas também pela pouca segurança no futuro da economia nacional e pela impossibilidade de suportar taxas de juros escorchantes.

Assim, ficam difíceis as possibilidades de melhor distribuição de renda, de redução das disparidades regionais, de renegociação da dívida externa em bases favoráveis ou viáveis, de combate à inflação e de elevação do nível de emprego.

Sem dúvida, o quadro não é fácil e seria levandade exigir soluções rápidas e imediatas. Ademais, existem objetivos conflitantes e variáveis aleatórias impondo maior complexidade ao problema. Dessa forma, torna-se necessário, cada vez mais, um maior entendimento entre Governo, Congresso e outros setores representativos da sociedade.

■ Gonzaga Mota, ex-governador do Ceará, é deputado pelo PMDB